

INSTITUTO DE HUMANIDADES

A SOCIEDADE FEUDAL

Antonio Paim

Leonardo Prota

Ricardo Vélez Rodríguez

SUMÁRIO

1. INSERIDA NA IDADE MÉDIA, COM ESTA NÃO SE CONFUNDE

- a) Sociedade feudal e Idade Média**
- b) Visão renovada da Idade Média**

ANEXO

Cronologia da Idade Média

2. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO FEUDALISMO

- a) O que deu nascedouro
ao senhor feudal**
- b) Os feudos e o contrato de vassalagem**
- c) O Código dos Cavaleiros**
- d) O papel do cristianismo**

3. COMO SE ESTRUTURAVA A SOCIEDADE FEUDAL

- a) Os principais grupos sociais**
- b) Ducados e Principados**
- c) Os burgos (ou comunas)**
- d) Governo descentralizado**

4. UMA CULTURA RELIGIOSA

- a) Responsável pela cultura, a Igreja
concebeu-a à sua imagem**
- b) Igreja e a tentação do temporal**
- c) A Recuperação das Obras Clássicas**

FILMES

EXERCÍCIOS

1. INSERIDA NA IDADE MÉDIA, COM ESTA NÃO SE CONFUNDE

a) Sociedade feudal e Idade Média

A cultura ocidental subdivide-se em dois ciclos civilizatórios, sendo o primeiro a sociedade feudal e, o segundo, a sociedade industrial. Embora os fundamentos de ambas sejam os mesmos --isto é, a religião judaica-cristã e a moralidade social básica, daí decorrente--, os valores dessa cultura são hierarquizados de modo bem diverso.

A sociedade feudal (o feudalismo) gestou-se no interior da Idade Média mas a sociedade feudal abrange período histórico bem menor. Seu nascedouro confunde-se com o da cultura ocidental.

Os elementos que constituem e integram a sociedade feudal --basicamente a conversão ao cristianismo dos invasores (chamados “bárbaros”) que destruíram o Império Romano-- surgiram nos séculos iniciais da denominada Idade Média. Contudo, o feudalismo propriamente dito -- do mesmo modo que a cultura ocidental -- emerge nos meados do século X. Tenha-se presente que o cristianismo não produziu apenas a cultura ocidental mas igualmente a bizantina.

Esquemáticamente, denomina-se Idade Média ao período histórico compreendido entre 476 (data geralmente adotada como marco da derrocada final do Império Romano) e a descoberta da América em 1492, abrangendo portanto 10 séculos. As datas mencionadas, como não poderia deixar de ser, constituem simples pontos de referência, imprescindíveis a qualquer estudo dessa natureza. Assim, muito antes de 476, na primeira metade do século V, os imperadores do Ocidente já não dispunham de grandes poderes. Levando em conta essa circunstância, o conhecido estudioso Caetano Mosca (1858/1941) considera que seria mais adequado admitir que o antigo Império Romano chega ao fim em 395, data da morte de Teodósio e em que se produz a cisão entre Império do Oriente e Império do Ocidente. Desde então, com efeito, irá se delineando com nitidez crescente a diferença entre cultura ocidental e cultura bizantina.

Quanto ao término da Idade Média, o mais correto consiste em compreendê-lo como um ciclo dilatado. Os ingredientes formadores da Época Moderna despontam certamente, na segunda metade do século XV, em que se lançam as bases da navegação de longo curso, de que resultam as descobertas e também ocorre o fenômeno cultural denominado de Renascimento. Contudo, a Reforma protestante equivale a outro elemento

decisivo bem como as lutas do século XVII que marcam a consolidação do Estado nacional.

Os séculos iniciais do período medieval são muito conturbados. Os estudiosos consideram que a sedimentação das hordas bárbaras em determinados territórios ocupa pelo menos os séculos VI, VII e parte do século VIII. A rigor, essa sedimentação é de base germânica (francos, lombardos, visigodos, etc.) e se faz acompanhar de sua conversão ao cristianismo.

Como teremos oportunidade de examinar mais detidamente --já que o novo ciclo de invasões é determinante no surgimento do feudalismo-- o processo de sedimentação em causa não os livra de novas invasões de outros "bárbaros". Nesta primeira fase, ocorrem invasões dos *sarracenos*, nome que era dado aos árabes antes de sua conversão ao islamismo (1). Passam a dominar a África do Norte e a península Ibérica, ameaçam as costas da Itália e invadem a França. Contudo não chegam a tipificar o que iria ser denominado diretamente de "novo ciclo de invasões bárbaras". A incursão sarracena é detida em território francês, por Charles Martes, na Batalha de Poitiers, em 732. Esse fato é tomado como importante marco na história do Ocidente, embora, como se verá a seguir, o continente não se haja liberado em definitivo do saque sarraceno, que voltará a ganhar intensidade.

A reintrodução da idéia de Império é considerada como um expressivo indicador do nível de sedimentação daqueles que levaram à derrocada do Império Romano. Esse feito é atribuído a Carlos Magno (742-814). Provinha de uma família que lograra certo nível de unificação dos clans que se haviam localizado no território que mais tarde corresponderia à França, isso é, era neto do antes mencionado Charles Martes e filho de Pepino, o Breve, a quem substituiu, dando continuidade à chamada "Dinastia Merovingia". A instituição agora chamava-se Sacro Império, e não apenas Romano, mas Romano-germânico.

O reinado de Carlos Magno durou de 768 a 814 e nessa fase conseguiu colocar sob seu domínio grande parte do território europeu. Sua coroação como imperador deu-se no natal do ano 800 e quem o coroou foi o Papa.

O Sacro Império de Carlos Magno desmorona no próprio século IX e a Europa assiste a novas incursões de húngaros, normandos e árabes. Considera-se que esta seja uma nova fase da barbárie, fome e peste. A unidade religiosa parece abalada. Semelhante quadro prolonga-se até aproximadamente meados do século X.

Em 962 reconstitui-se o Sacro Império, com Oto I. A nova onda de invasões bárbaras é detida, eliminadas as incursões dos bandos sarracenos, os normandos se estabelecem de forma estável no Norte da França, os



b) Visão renovada da Idade Média

Ao longo do século XIX o típico era o ataque à Idade Média, com o propósito de exaltar a laicidade e os progressos do conhecimento na Época Moderna. Com o passar do tempo, entretanto, a historiografia acabou reagindo a tão clamorosa falta de objetividade. Coroa a nova fase a obra clássica de Marc Bloch (1886/1944), *A sociedade feudal*, aparecida nos anos de 1939 e 1940.

Bloch estabeleceu que a sociedade feudal formou-se em decorrência não apenas da sedimentação das hordas bárbaras que derrotaram o Império Romano mas sobretudo do caráter decisivo que se tornou a questão da segurança, na Europa, em decorrência da interrupção do ciclo que desemboca na reconstituição do Império, agora denominado de Sacro Império, em 800. Seguem-se invasões sarracenas ao Sul; normandas ao Norte e húngaras nas zonas centrais. No enfrentamento desta última série de invasões, que duraram aproximadamente um século e meio, forma-se a classe dos guerreiros, destinada a constituir a elite do novo ciclo histórico. Este se inicia com a derrota dos húngaros, por Oto I, no início da segunda metade do século X. É precisamente aqui que começa a cultura ocidental, resultado da fusão do cristianismo com o feudalismo.

A partir das indicações de Marc Bloch, elabora-se uma nova periodização da Idade Média, adiante resumida.

A ordenação dos diferentes períodos da Idade Média não corresponde decerto a uma questão simples, embora, pelo que tem de mais expressivo, a historiografia contemporânea repudie as simplificações do passado, quando a Idade Média chegou a ser considerada como uma fase negra, digna de ser esquecida. Em que pese o repúdio, uma nova periodização continua uma questão em aberto.

Optamos por subdividi-la em quatro períodos, tomando por base as indicações de Marc Bloch, que adiante confrontaremos a outras propostas.

Esquemáticamente seriam os seguintes:

I – Século VI a meados do século IX, em que se poderiam apreender as características dominantes da nova fase histórica e que resumiríamos desta forma:

a) presença de uma religião universal;

b) separação entre Igreja e Estado, ao contrário do que ocorria tanto em Bizâncio como no Islã, embora instaure uma tensão nunca satisfatoriamente resolvida;

c) prevalência da componente civilizatória no cristianismo, pela circunstância de que se tratava de converter povos de tradições culturais inteiramente diversas, por isto chamados de *bárbaros*;

d) preservação da idéia de Império.

II – Segunda metade do século IX à segunda metade do século X, ciclo em que a civilização européia de base cristã esteve ameaçada de desaparecimento, o que, presumivelmente, não terá ocorrido graças à consolidação dos feudos em que se apoiaria o florescimento subsequente da sociedade medieval.

III – Período de apogeu, que pode ser limitado apenas à chamada Alta Idade Média dos séculos XII e XIII, como de forma mais ampla para abranger desde o século XI ao século XV; e, finalmente,

IV – Período de decadência, iniciado com a crise do Papado, que começa em fins do século XV.

A busca de um entendimento mais adequado da Idade Média é fenômeno relativamente recente. Notadamente a partir do século XIX, a praxe consistia em reduzi-la, em bloco, à *Idade das Trevas*. Dentre as personalidades que se levantaram contra tal simplificação destaca-se Régine Pernoud (1902-1998), que ao tema dedicou diversos estudos. O primeiro deles *Lumière du Moyen Age*, apareceu em 1951, tendo sido reeditado recentemente (Trad. portuguesa: *Luz sobre a Idade Média*, Lisboa, Europa-América, 1985). Em 1978 divulgou o texto polêmico intitulado *Pour en Finir le Moyen Age* (Paris, Editions du Seuil), cuja tradução brasileira apareceu com o título de *Idade Média: o que Não nos Ensinaram* (Rio de Janeiro, Agir, 1979). É autora ainda de diversos outros estudos sobre o período (*Os Templários; As Origens da Burguesia Francesa*, etc.).

Régine Pernoud inclina-se por uma subdivisão que destaque três períodos, sendo o primeiro aquele em que desponta e se consolida o feudalismo, adequadamente compreendido como um serviço; a Alta Idade Média, situada nos séculos XII e XIII, iniciando-se a decadência no seguinte. Essa autora atribui um grande papel no processo de decadência à reintrodução do direito romano, que teria dado rigidez ao Papado, propiciando o surgimento da Inquisição e outros fenômenos negativos. A seu ver, os estudos sobre a Idade Média extrapolam essas características finais para os ciclos anteriores, o que, com razão, entende ser ilegítimo. Por isto ocupa-se detidamente de fixar o caráter costumeiro do direito em todo o largo período anterior ao século XIV.

É interessante referir aqui o entendimento de Will Durant – na conhecida *História da Civilização* (Vol IV. A idade da fé (1950), ed. brasileira: Record, 1986, p. 519)– embora a sua obra não esteja inserida no

debate dos últimos decênios. Ainda assim, está longe de conformar-se com as simplificações de seu tempo.

Durant chama de *Idade das Trevas* ao período que vai de 566, ano em que termina o reinado de Justiniano, e 1095, início das Cruzadas, que afirma ser “o ato culminante do drama medieval, e talvez o acontecimento mais pitoresco na história da Europa e do Oriente Próximo. Agora, finalmente, depois de séculos de disputa, as duas grandes religiões, cristianismo e maometanismo, recorriam ao arbítrio final do homem – a suprema corte da guerra. Todo desenvolvimento medieval, toda a expansão do comércio e da cristandade, todo o fervor da crença religiosa, todo o poder do feudalismo e a magia da cavalaria chegaram a um climax em uma guerra de 200 anos pela alma do homem e lucros comerciais”. Assim, inclina-se também por uma tripartição, porquanto, no Epílogo, data do século XIV o aparecimento de “homens que iam começar a destruir o majestoso edifício da fé”. Esclareça-se que não lhe parece deva a Idade Média ser considerada como mero interlúdio entre uma civilização e outra”, mas como um período que produziu “tão grandes homens e mulheres e ergueu das ruínas do barbarismo e Papado, os Estados europeus e a riqueza arduamente adquirida de nossa herança medieval”

Nossa intenção ao propor uma divisão em quatro períodos tem apenas o propósito de sugerir que, ao mantermos indiviso o primeiro grande ciclo, talvez deixemos de atentar para o que é típico e específico do feudalismo.

A N E X O

CRONOLOGIA DA IDADE MÉDIA

PRIMEIRO CICLO – Aprox. de 476 a aprox. 850 – Reconstituição do Império em bases germânicas:

- **455** – Assassinato do imperador do Ocidente, Valentiano III (reinou de 425 a 455). Ascensão efêmera de Petrônio ao trono. Intervenção de Geiserico, rei dos vândalos, que efetiva o saque de Roma e leva para Cartago, como cativa, a imperatriz.

- **456-476** – O trono é ocupado por generais germânicos, tornados instrumentos do visigodo Ricimer. Novas invasões da Itália.

- **476** – Odorico assume o poder e domina grande parte da Itália, estendendo essa dominação até a Sicília. Morto no ano 493, na luta contra a invasão ostrogoda, chefiada por Teodorico, que o substitui.. Abandona a denominação latina de imperador e adota o título bárbaro de *rex*, razão pela qual se considera como o primeiro reino bárbaro e marco do término do Império Romano Antigo.

- **493-526** – Período do governo de Teodorico, na Itália
- **527-565** – Justiniano I torna-se o imperador do Oriente e reconquista a Grécia, a Itália e o Norte da África.
- **630** – Maomé ocupa Meca.
- **635-700** – Expansão muçulmana no Oriente Médio e no Norte da África.
- **711** – Os muçulmanos entram na Espanha.
- **732** – Os muçulmanos são repelidos em Tours (Batalha de Poitiers).
- **768-814** – reconstituição do Império Romano – que passará a denominar-se Sacro Império Germano-romano –, por Carlos Magno, cuja coroação pelo papa dá-se em 800.
- **787** – Os escandinavos começam suas incursões contra a Inglaterra.
- **795** – Início das incursões escandinavas contra a Irlanda.
- **843** – Divisão do império de Carlos Magno e início de sua decomposição.

SEGUNDO CICLO – Aprox. de 850 a aprox. 1100 – Novas invasões restauram a barbaria na Europa. Consolidação do feudalismo.

- **841-924** – Incursões escandinavas na França.
- **872** – Os escandinavos colonizam a Islândia.
- **886** – Os escandinavos sitiaram Paris.
- **890** – Início da atuação dos bandos sarracenos que se prolonga por quase um século.
- **906** – Início das invasões húngaras.
- **936-973** – Oto I, rei da Alemanha. Em 962 é proclamado imperador do Sacro Império.
- **989** – A Rússia converte-se ao cristianismo.
- **997-1038** – Estevão, posteriormente tornado santo da Igreja, reina na Hungria.
- **1017-1042** – Dominação escandinava sobre a Inglaterra.

- **1054** – Grande cisma do Oriente, separando em definitivo a Igreja Romana da Oriental (ortodoxa).
- **1066** – Início da dinastia normanda na Inglaterra.

TERCEIRO CICLO – Aprox. séculos XII a XV. Apogeu da civilização medieval.

- **1095** – Proclamação da primeira Cruzada.
- **1099** – Os cruzados tomam Jerusalém, perdendo-a sucessivamente, o que leva à organização de novas Cruzadas.
- **1100** – Aparecimento do número arábico na Europa.
- **1128** – Reconhecimento da Ordem dos Templários pelo Papa.
- **1163-1235** – Construção da Notre Dame de Paris.
- **1175-1234** – Vida de Miguel Scot, cujas traduções latinas de textos gregos reintroduziram a discussão do pensamento antigo entre os cristãos.
- **1123-1280** – Vida de Alberto Magno, que inicia a interpretação de Aristóteles segundo cânones cristãos.
- **1215** – Coalizão entre normandos e saxões, na Inglaterra, consagrada na Magna Carta.
- **1237** – Início da invasão mongol à Rússia.
- **1241** – Os mongóis derrotam os alemães em Leinitz, tomam Cracóvia e assolam a Hungria
- **1273-1291** – Rodolfo de Habsburgo, imperador do Sacro Império
- **1291** – Fim das Cruzadas.
- **1309** – Instalação do Papado em Avinhão.
- **1310-1312** – Supressão dos Templários na França.
- **1315** – A Suíça derrota o exército dos Habsburgo em Mongatten e funda a Confederação Suíça.
- **1317** – Início da Guerra dos 100 Anos entre a Inglaterra e a França.
- **1400-1450** – Introdução e aperfeiçoamento das armas de fogo, invenção do papel e da imprensa e início do emprego da bússola na navegação.
- **1431** – Processo e execução de Joana d'Arc.
- **1453** – Fim da Guerra dos 100 Anos. Tomada de Constantinopla pelos turcos.

QUARTO CICLO – Iniciado na segunda metade do século XV. Período da decadência.

• **1452-1519** – Vida de Leonardo da Vinci, um dos grandes artistas do Renascimento, juntamente com Miguel Ângelo, Rafael e Ticiano.

• **1492-1493** – Primeira viagem de Colombo.

• **1470-1530** – Decadência do Papado (papas Sisto IV, 1471-1484; Inocêncio VIII, 1484-1492; Alexandre VI, 1492-1503; Júlio II, 1503-1513; Leão X, 1513-1521; e Clemente VII, 1523-1534).

• **1460-1536** – Vida de Erasmo de Roterdã, criador do humanismo renascentista.

• **1469-1527** – Vida de Maquiavel, que reorienta a discussão da política, no sentido depois denominado de *moderno*.

• **1483-1546** – Vida de Martinho Lutero, iniciador da Reforma protestante.

• **1509** – Henrique VIII sobe ao trono da Inglaterra.

1520 – Excomunhão de Lutero pelo Papa Leão X

2. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO FEUDALISMO

a) O que deu nascedouro ao senhor feudal

A noção habitual de feudalismo consiste em compreendê-lo como uma forma de propriedade distinta tanto das economias organizadas com base no trabalho escravo como da produção capitalista. Essa visão é de todo insubsistente mesmo para o ciclo em que a Idade Média está formada, isto é, em que as cidades abrigam os homens bons (assim eram denominados aqueles que se dedicavam basicamente ao comércio) e as corporações de ofícios enquanto os feudos assemelham-se a autarquias, o grande poder da Igreja está nos mosteiros e os reis presidem a territórios de configuração variada. Mesmo quando a Europa assume tal feição que resulta do processo civilizatório do cristianismo mas também da consolidação dos feudos, os barões feudais não são simples proprietários de terra. Antes de mais nada, a transformação dessa posse num instituto hereditário corresponde a fenômeno tardio. Caracterizam-se sobretudo como **guerreiros**.

Para compreender a natureza real dessa que viria a ser a classe dirigente, cumpre ter presente a situação de insegurança a que foram lançados os novos ocupantes da Europa, quando já se haviam convertido ao cristianismo e até se permitiram a volta da idéia de Império, que implicava

numa espécie de unificação, ainda que destinada ao fim específico da defesa externa. Tendo os sarracenos consumado a ocupação do Norte da África e de parcelas limitadas da Península Ibérica, a questão da segurança contra novos invasores “bárbaros” dizia respeito à área que corresponde, grosso modo, ao território da Europa Ocidental e Central, com exclusão da Espanha e Portugal.

Agora as vítimas não são os antigos ocupantes dessa área aos tempos do Império Romano mas os descendentes dos germanos que se tomaram sedentários, converteram-se ao cristianismo e buscam incorporar costumes e instituições romanas. Esse período de sedimentação abrange aproximadamente dos séculos VI ao primeiro quartel do século VIII, o que de certa forma restaura a paz e a ordem na mencionada parcela da Europa. Essa conquista ver-se-á seriamente ameaçada por bandos de salteadores, de origem diversa.

Marc Bloch (*A Sociedade Feudal*, trad. portuguesa, Lisboa, Edições 70, 1982) reconstitui a história de alguns daqueles bandos e vamos referi-la para bem situar a situação que de fato se criou, ameaçando de sobrevivência a reconstituída civilização.

Assim, perto da atual Saint-Tropez, na Riviera, os sarracenos construíram um forte por volta do ano 890, de onde atacavam povoados e mosteiros cada vez mais distanciados, apropriando-se do que tivesse valor e fazendo prisioneiros para vendê-los como escravos nos territórios sob ocupação árabe. Preservaram-se relatos impressionantes da selvageria dessas incursões, como o ataque aos monges de Saint-Gall, quando saíram do seu mosteiro para realizar uma pacífica procissão em torno daquela construção. Apanhados de surpresa, morreram vítimas de flechadas, enquanto o abade cuidava de organizar a resistência com o apoio dos vizinhos e dos monges que sobreviveram. A referida fortaleza somente foi destruída ao final do século X.

Bandos dessa espécie pululavam ao longo dos Alpes. Os deslocamentos pelos seus vales eram cercados por toda sorte de perigos. Ainda no ano 962, no vale do Drause, ao regressar da Itália o abade de Cluny e sua comitiva foram presos e levados para um dos esconderijos que os sarracenos mantinham nas montanhas. Leve-se em conta que a instituição religiosa de Cluny gozava então de grande prestígio tanto na Itália como no território da antiga Gália, o que permitiu fosse realizada uma coleta de fundos para pagar o resgate exigido pelos salteadores e assim salvar a vida do abade e as de seus clérigos.

Enquanto a parte meridional da Europa Ocidental era assim fustigada pelos sarracenos, sobre as zonas centrais desabavam os salteadores húngaros. A partir de 906 atuam sistematicamente no vasto território que

abrange desde o Elba até o Reno. Mais tarde alcançam a Lorena e a Gália do Norte, de onde se aventuram até a Borgonha e o sul do Loire.

Sob Oto I, na segunda metade do século X, as hordas húngaras seriam por fim empurradas de volta para o território que ocupavam no Centro da Europa, assumindo o confronto, a partir de então, a feição de guerra de fronteira. O comando militar germânico, organizado para esse fim e que se denominou de *Ostarrichi* é que deu origem, posteriormente, ao território da Áustria. Com a sucessiva conversão ao cristianismo e a adoção das instituições romanas, os húngaros renunciaram à atividade pela qual infernizaram a vida em grande parte da Europa durante mais de um século.

Marc Bloch apresenta este relato vivo e brilhante da atuação dos salteadores húngaros, que parece oportuno transcrever:

"Nem sempre evitaram os combates contra forças organizadas; travaram alguns, com resultados variáveis. No entanto, geralmente, preferiam avançar furtivamente através das terras: verdadeiros selvagens, que os chefes conduziam às batalhas a chicotadas, mas soldados terríveis e hábeis, quando era preciso combater, nos ataques de flanco, encaniçados na perseguição e engenhosos para saírem de situações difíceis. Se era preciso atravessar um rio ou um canal veneziano, apressadamente fabricavam barcas de peles ou de madeira. Para descansarem, erguiam as suas tendas de habitantes da estepe, ou entrincheiravam-se dentro de alguma abadia abandonada pelos monges, para, a partir dali, baterem as redondezas. Astuciosos como primitivos, informados conforme as necessidades pelos embaixadores que enviavam à frente, menos para negociar do que para espiar, depressa tinham apreendido os meandros, assaz pesados, da política ocidental. Mantinham-se ao corrente dos interregnos particularmente favoráveis às suas incursões e sabiam aproveitar-se das desavenças entre os príncipes cristãos para se porém ao serviço de um ou de outro dos rivais" (ed. cit. pp. 26-27).

Mencione-se finalmente os bandos – organizados pelos escandinavos e que nos legaram tantas histórias lendárias sobre as proezas dos vikings. Vistas à distância, são de fato proezas notáveis daqueles punhados de homens em seus pequenos barcos realizando incursões tão distanciadas de seus territórios. A admiração a que se creditaram, entretanto, não obscurece o fato de que disseminaram o terror na parcela da Europa a que não haviam chegado sarracenos e húngaros. Assim, um bando de vikings dominou Santiago de Compostela, na Espanha, de 966 a 970. Nas margens do mar do Norte não havia qualquer segurança. Foram derrotados na Borgonha, por várias vezes, junto às muralhas de Chartres, em 911, mas acabaram

sendo admitidos nos territórios onde se constituiu a Normandia. A própria Paris foi vítima de seus ataques.

Nesse quadro, a segurança tornou-se uma questão capital. Justamente dessa circunstância é que nascem os feudos. Os senhores feudais consolidaram-se em determinados territórios ao assegurar proteção aos que dela careciam. Em troca desse serviço teceram-se as complexas relações que caracterizam o sistema.

O guerreiro feudal sedentário, em torno do qual se aglutinam sucessivos grupos sociais, é uma figura que presumivelmente será encontrada na tradição precedente. Os documentos através dos quais se preservaram informações relativas ao império de Carlos Magno indicam que este recomendava às populações que escolhessem um chefe militar para protegê-los. No passado europeu aparece igualmente a doação de terras, a guerreiros destacados, pelo príncipe vitorioso. Contudo, como muito apropriadamente afirma Marc Bloch, em que pese possua a instituição feudal ingredientes colhidos entre os povos germânicos e no próprio passado europeu da época romana, mais importante que averiguar tais origens é estabelecer as características de que se revestiu na fase de consolidação.

Entre o senhor feudal e seus súditos estabelecem-se relações definidas pela repetição continuada ao invés de resultarem de imposições exteriores ao contexto. O camponês trabalha a terra e fornece comida a seu senhor. Mas a este compete assegurar que o plantio e a colheita possam ser realizados a salvo dos bandos salteadores. De igual modo, as regras para a formação da Ordem dos Cavaleiros são fixadas pela experiência e a tradição, o mesmo ocorrendo em relação às corporações de ofícios e às comunas. Regine Pernoud reconstitui todo o processo por meio do qual se estabeleceu o direito consuetudinário medieval.

Foi certamente a consolidação dos feudos que permitiu, a partir de Oto I, coroado imperador do Sacro Império em 962, a derrota final dos invasores bárbaros e o fato de que a Europa se haja encontrado em condições de enfrentar o Islã, organizando as Cruzadas, desde fins do século XI. A instauração do novo clima facultou o florescimento cultural e o progresso material da sociedade nos séculos XII e XIII.

O sistema feudal introduziu na cultura ocidental um novo componente representado pelo contrato de vassalagem. Assim como o senhor feudal tem sua base de sustentação na forma adequada pela qual presta serviço ao conjunto dos grupos que lhe estão subordinados, também ele estabelece um contrato com o príncipe, ao apoiá-lo na guerra, recebendo em troca o reconhecimento de seus direitos. O contrato de vassalagem com o príncipe, tenha-se presente, não impedia as guerras e disputas entre senhores dentro de um mesmo território, no intervalo dos

conflitos externos, de maior dimensão. Por isto mesmo o contrato de vassalagem representa um instituto essencial e distintivo da cultura ocidental.

Max Weber comparou detidamente o feudalismo europeu às diversas formas de organização social que lhe eram assemelhadas, na China, no Japão e em outras partes do mundo, para concluir que preserva aquela singularidade fundamental. Ao seu ver, o contrato de vassalagem deu origem ao contratualismo e aos sistemas constitucionais, que, por sua vez, equívalem também a criações originais do Ocidente

b)Os feudos e o contrato de vassalagem

A Europa em que vigorou o sistema feudal e serviu de base para a formação das nações e do Estado Moderno abrangia território inferior ao que mais tarde seria constitutivo da Europa Ocidental. Grande parte da Península Ibérica achava-se ocupada pelos árabes. Então, a Hungria e a Prússia não se integravam ao Sacro Império que, embora não abrigasse todos os reinos então estruturados, mantinham fortes laços com aquela instituição (1). As áreas localizadas a Sudeste eram parte do Império Bizantino. (2)

Com a ressalva de que a reconstituição de tais limites constitui tema controverso, o Ocidente feudal compreendia as ilhas britânicas, o território da França atual, a Alemanha Ocidental, a Áustria e os reinos do Norte da Itália. Na parte da Espanha não submetida aos árabes e na Prússia, ainda que mais tarde passassem a integrar-se à cultura ocidental, a organização social não assumiu feição idêntica à que iria caracterizar a parcela anteriormente referida.

A base de todo o sistema era representada pelos comandos militares originários. O processo segundo o qual tornaram-se a classe nobre, reunida sob o código de honra expresso com fidelidade pela chamada Cavalaria (a Ordem dos Cavaleiros), demandou período muito dilatado. Marc Bloch destaca que ainda nos séculos X e XI não havia definição precisa das classes merecedoras de serem designadas como nobres. O domínio da classe guerreira num determinado território foi usado para assegurar-se o recrutamento de soldados e também o fornecimento de gêneros. Bloch mostra que a designação de feudo, durante muito tempo, referia-se ao compromisso da prestação de determinado serviço. Mais tarde é que se circunscreveu à relação entre o usufrutuário do direito de explorar a terra e o comandante militar, agora reconhecido como nobre, geralmente barão.

O processo de aglutinação dos feudos ali onde o sistema se estabeleceu em definitivo, obedecia basicamente ao princípio racial de origem, isto é, as tribos bárbaras que se espalharam pelo território europeu.

Escreve Marc Bloch: "A Normandia devia o seu nascimento aos "piratas" escandinavos. Na Inglaterra, as antigas divisões da ilha, traçadas pelo estabelecimento de diferentes povos germânicos, serviram aproximadamente de moldura aos grandes governos que os reis, a partir do século X, ganharam o hábito de constituir..... Mas em parte alguma esta característica seria mais acentuada do que nos principados alemães" (3).

Os principados alemães, ao contrário do que ocorreu com os ducados formados em outras áreas, preservaram grande autonomia, contando inclusive com a prerrogativa de votar para a escolha do Imperador do Sacro Império e integrar a Dieta, principal órgão daquela instituição, de certa forma equivalente às Cortes.

O processo de aglutinação dos feudos estruturou-se como prestação de vassalagem a um determinado Príncipe ou Duque. A grande singularidade deste movimento consiste em que se baseia num contrato que, se assegura ou legaliza o domínio sobre uma parcela do território (na altura denominado de feudo), guarda enorme autonomia. Sua fidelidade absoluta ao Príncipe (ou Duque) limita-se ao tempo das guerras contra os inimigos externos. No intervalo pode até mesmo entrar em conflito com outros vassalos que prestam obediência ao mesmo Príncipe (ou Duque).

NOTAS

(1) Houve uma época, sob Carlos V, no século XVI, que o empenho do Sacro Império direcionava-se para abrigar todos os reinos cristãos da Europa Continental, projeto que nunca chegou a consumir-se, embora praticamente todos participassem da organização das Cruzadas e, mais tarde, na resistência ao Islã (então representado pelo Império Otomano).

(2) Constituiu-se a partir do chamado Grande Cisma do Oriente, que separou em definitivo a Igreja Romana da Oriental (Bizâncio) e será sucessivamente assediado e vencido pelo Império Otomano, um dos braços do Islã. Este, em 1393, ocupa todo o território compreendido pela Romênia e Bulgária, já se achando de posse da Ásia Menor. Constantinopla é desde então imprensada entre dois tentáculos, caindo finalmente em 1453. Os otomanos chegaram à Sérvia, ocupando a Bósnia (1463) e a Herzegovina (1463-65). No século XVII alcançam as portas de Viena.

(3) Marc Bloch – *A sociedade feudal*, tradução portuguesa, Lisboa, Edições 70, 2ª edição, p. 412.

c) O Código dos Cavaleiros

Na condição de guerreiros, os senhores feudais acabaram adotando certas regras de comportamento que mereceram sistematização e vieram a ser conhecidas na Época Moderna. Chamaram-se diretamente de "Código

da cavalaria". Sendo "cavaleiros" os comandantes guerreiros, o mais apropriado teria sido denominá-lo de "Código dos Cavaleiros", mas tal não se deu.

O recebimento do título obedecia a determinado ritual. Durante muito tempo, os cavaleiros tinham a atribuição de fornecer o título a outros. Na medida em que se constitui como classe nobre, esse direito passa ao monarca. Marc Bloch observa que o estabelecimento desse monopólio, pelos monarcas, não se deu com facilidade. A guerra era uma atividade freqüente sendo preciso recompor o quadro de oficiais, diante das inevitáveis baixas, providência que não podia ficar na dependência de burocracias. Mas acabaria impondo-se, bem mais tarde, na parte final do século XIII, segundo Bloch. Paralelamente, a linhagem estabelece-se pela descendência.

A principal regra consistia na proibição de exercer outras atividades que não a investidura militar. Preservou-se o mote popular segundo o qual "lavar, cavar, transportar madeira em cima de um burro" seriam atividades que arrastavam, automaticamente, à privação dos privilégios da cavalaria. A proibição estendia-se às práticas comerciais. Os privilégios residiam sobretudo na intocabilidade por parte de outros segmentos sociais que não as instituições dos próprios cavaleiros.

Antes de receber a espada, o cavaleiro devia prestar um juramento que especificava as suas obrigações. O juramento compreendia a fidelidade a estes princípios: liberalidade, busca de glória, desprezo do repouso, do sofrimento e da morte. Em muitas áreas a Igreja conseguiu neles incluir a obrigação de ir à missa "todos os dias", ou, pelo menos, "com freqüência"; jejuar às sextas-feiras. Incumbe-lhe proteger a viúva, o órfão e o pobre. Indica expressamente que "defenderá a Santa Igreja, notadamente contra os pagãos."

Há uma gravação no pórtico da célebre Igreja de Chartres (França) com um texto a ser recitado pelo cavaleiro, que diz: "Senhor muito santo pai todo poderoso Tu que permitiste, na terra, o uso do gládio para reprimir a maldade dos iníquos e defender a justiça, que, para proteção do povo quiseste instituir a ordem da cavalaria, inclinando para o bem o seu coração, faz com que o teu servidor aqui presente nunca utilize este gládio ou outro para lesar injustamente seja quem for mas que se sirva dele sempre para defender o que é Justo e Honesto".

Assim a Igreja, na prática, legitimava a existência da Ordem.

Tratando-se de classe guerreira, nesse código aparecem prescrições quanto aos próprios combates, em especial o tratamento a ser dispensado aos prisioneiros.

Como a sociedade feudal que se consolidou na Europa era rigorosamente hierarquizada e as funções dos principais agrupamentos delimitados com precisão, os senhores feudais não se sentiam obrigados a

tornarem-se cultos, já que o cultivo do saber era exclusividade do clero. Mais tarde, quando a Sociedade Feudal amadureceu plenamente, desapareceria essa limitação, encontrando-se, notadamente entre os monarcas, pessoas dotadas de grande cultura.

No que se refere ao exercício do poder, contudo, o que mais se destaca é a presença de múltiplos pólos e da mais ampla descentralização. Erodir esses traços seria o desafio a que se propôs o Estado Moderno.

d) O papel do cristianismo

Régine Pernoud, conhecida estudiosa da sociedade feudal francesa, enfatiza dois aspectos que, a nosso ver, mereceriam ser destacados, porquanto acentuam a singularidade da época feudal, justamente o que cumpre enfatizar.

O primeiro deles diz respeito à relação entre o Monarca e os Príncipes ou Duques, do ponto de vista material. Ainda que considere basicamente a França, tais indicações aplicam-se às outras áreas onde o responsável pela segurança acabou sedimentando-se e estabelecendo variados vínculos com os outros grupos sociais e também agrupando-se para formar os núcleos iniciais do que seriam mais tarde as nações européias. Os monarcas, que congregavam em torno de si Principados ou Ducados, dependiam das contribuições destes últimos para sobreviver, além de que também lhes incumbia preparar e manter as tropas. Afirma a esse propósito: "Durante a maior parte da Idade Média o Rei da França, com o seu domínio exíguo, dispõe de recursos inferiores aos dos grandes vassallos". (1)

O outro aspecto refere-se ao fato de que a cristandade tornou-se o grande fator de unidade. Formada de povos diversos que tinham cada um costumes, quadros e ordem social diferentes, quando não francamente opostos - afirma -, "todos com um sentimento muito vivo de sua superioridade de vencedores", a região tinha tudo para nada conhecer além do caos e da decomposição. A seu ver, a primeira Cruzada serviu para fazer sobressair o que os unia, desde que os "príncipes dispunham-se a sacrificar seus bens e seus interesses, esquecer suas querelas, para juntamente tomar a Cruz."

De fato nunca é demais destacar o papel desempenhado pela Igreja e pelo papado na ordem européia. Não apenas Roma, como destaca a renomada estudiosa. Lembra que, na França, "tornaram-se com efeito fatores de unidade a diocese, a paróquia que, freqüentemente, confundiam-se com o domínio. Foram, durante o período de decomposição da Alta Idade Média, as células vivas a partir das quais se reconstituiu a nação." (2)

NOTAS

(1) *Lumière du Moyen Age*, Bernard Grasset, 1944, p. 7

(2) Obra citada, p. 86.

3. COMO SE ESTRUTURAVA

A SOCIEDADE FEUDAL

a) Os principais grupos sociais

Na medida em que se consolida a sociedade feudal, posteriormente ao segundo ciclo de invasões bárbaras, estruturam-se determinados grupos sociais. A singularidade distintiva dessa estruturação é que se formam a partir de regras de comportamento autônomos e diferenciados. Os dois principais desses grupos (os senhores feudais e os clérigos) chegam ao ponto de dispor de Justiça própria, isto é, eventuais delitos, assim considerados a partir de determinados princípios, geralmente exclusivos, serão julgados por seus próprios membros.

Embora as disputas surgidas entre os feudos (ou grupo desses) fossem geralmente resolvidas com base em conflitos armados, pode-se dizer que havia relativos períodos de paz. As “guerras”, assim chamadas, é algo posterior. A Guerra de Cem Anos, por exemplo, iria desenrolar-se em grande parte dos séculos XIV e XV, num período que antecede diretamente a fase das intermitentes guerras religiosas ou decorrentes da formação do Estado Moderno.

A estruturação, propriamente dita, dos grupos sociais que iriam singularizar a sociedade feudal, corresponde a processo dilatado, que abrange a parte final do século X e os que de imediato se seguiram.

Na medida em que se consolida o seu poder sobre determinado território, o senhor feudal constrói um castelo. Progressivamente, em torno deste, formam-se comunidades que, embora não dispusessem de privilégios equiparáveis, também se organizam de forma autárquica. São basicamente os comerciantes (os “homens bons”) e os artesãos. Estes irão constituir uma espécie de casta, em cujo ingresso o pretendente era considerado “aprendiz”. Como a condição de “oficial” tornara-se privilégio, a admissão de novo membro acabou exigindo determinados procedimentos. Adotaram a denominação de “corporação de ofício”.

De igual modo, aqueles incumbidos do exercício da atividade produtiva rural também irão diferenciar-se grandemente.

No meio rural, os servos correspondem ao contingente fundamental. Embora servidão se distinguisse de escravidão, a liberdade dos servos era muito limitada. Se a prestação tivesse sido fixada na forma monetária, cabia-lhe entregar ao senhor a parte que lhe cabia. O mais comum, contudo,

era que se tratasse de participação em espécie. Isto é, uma parte do produto colhido. De um modo geral, parcela dos servos, além do trabalho no campo em cujo resultado participava o senhor feudal, devia adicionalmente prestar diversos outros serviços.

Na palavra de Marc Bloch, a rotina podia traduzir-se deste modo: “Em dias fixos vemo-lo levar ao oficial do senhor algumas moedazitas, ou, na maior parte das vezes, produtos colhidos nos seus campos, frangos de sua capoeira, favos de cera tirados das suas colméias ou dos enxames da floresta mais próxima. Noutros momentos, trabalha nos campos ou nos prados do domínio. Ou ainda o vemos transportar, por conta do senhor, pipas de vinho ou sacos de trigo para residências mais distantes. É às custas do suor dos seus braços que são reparados os fossos do castelo. Se o senhor tem visitas, o camponês cede a sua própria cama para fornecer os leitos necessários para os hóspedes. Quando chegam as grandes caçadas, é ele quem sustenta a matilha de cães. Se finalmente rebenta a guerra é ele ainda que, sob o estandarte defraudado pelo chefe da aldeia, se faz soldado de infantaria ou o criado do exército.” (págs. 295/296)

Sobrevivem outras formas de relacionamento com o guerreiro tornado senhor da propriedade rural. Dependendo do tipo de cultivo a ser praticado, o camponês realiza o trabalho como se fora um simples assalariado, mediante diferentes formas de sustento das famílias.

Praticamente em todas as propriedades há os chamados “terrenos alodiais”, assim denominados aquelas parcelas isentas de direitos senhoriais.

Como se vê, nos feudos há uma grande variedade de grupos sociais. A par disto, essas unidades produtivas têm que ser relativamente auto-suficientes em matéria da produção de diversos utensílios ou bens de consumo. Essa circunstância explica que acabem se formando, em torno de alguns castelos, núcleos de início reduzidos, chamados “burgos”, que em alguns casos iriam dar origem a vilas e cidades.

Ao mesmo tempo, a precariedade das estradas dificultava o intercâmbio entre pessoas e mercadorias. Mesmo assim, adverte Marc Bloch, “más e pouco seguras, estas estradas ou pistas nem por isto eram desertas”

E, mais adiante:.

“O Barão, com sua comitiva, circulava constantemente de uma para outra de suas terras. Não era apenas com a intenção de melhor as vigiar; era preciso também consumir no local os víveres cujo transporte para um centro comum teria sido não só incômodo como dispendioso. Sem ter correspondentes sobre os quais pudesse alijar a tarefa de compra ou vender e, quase certo, além disto, de nunca encontrar reunido num mesmo local uma clientela suficiente para lhe assegurar lucro, todo mercador era um

verdadeiro ambulante, “um pés empoeirados” que perseguia a fortuna por montes e vales.”

Bloch situa entre 1050 e 1250, isto é, logo na fase que se seguiu ao esmagamento e/ou absorção do segundo ciclo de invasões bárbaras, o movimento de povoamento que, a seu ver, transformou a face da parcela considerada da Europa Ocidental. É justamente no período considerado que o Mediterrâneo é, como diz, “sulcado por barcos cada vez mais numerosos”. E também que se consolida o intercâmbio com o Oriente. Agora, de modo crescente, a Europa não apenas absorve e torna-se cada vez mais dependente das **especiarias** mas ainda que se estruturam as exportações de produtos manufaturados, em especial tecidos.

b) Ducados e Principados

Quando a situação se estabiliza na parte considerada da Europa, aí por volta do século XII, a grande realidade são os Ducados e os Principados. A sobrevivência do Sacro Império deve-se sobretudo à ameaça externa, representada pelo Islã. Embora dividido em califados autônomos, seus seguidores ocupavam grande parte da Península Ibérica, o Norte da África e Jerusalém. Esta cidade sagrada seria tomada em 1099 pela Primeira Cruzada. Mas o domínio muçulmano é restaurado, o que leva à organização de novas Cruzadas, que duram até fins do século XIII (1291). Levando-se em conta a feição religiosa assumida pela cultura ocidental nesta primeira fase, pode-se avaliar a força de que se revestia uma estrutura como o Sacro Império, graças à sua missão de defender a cristandade.

Há um outro aspecto a destacar entre os fatores que levaram progressivamente que a nova forma de poder assumisse feição monárquica. Trata-se do caráter sagrado de que, tradicionalmente, revestia-se a investidura. É ainda Marc Bloch quem o esclarece: "Em torno da realeza, em geral, ou - das diversas realezas particulares, elaborou-se todo um ciclo de lendas e superstições. Ele não atingiu, na verdade, o seu pleno desenvolvimento senão a partir do momento em que, de fato, se fortaleceu a maioria dos poderes monárquicos: cerca dos séculos XII e XIII. Mas as suas origens remontam à primeira idade feudal. ... Dos reis de França, desde Felipe I, pelo menos, provavelmente depois de Roberto, o Piedoso; dos reis da Inglaterra, depois de Henrique I, dizia-se que curavam doenças pelo contato das suas mãos. Quando, em 1081, o imperador Henrique IV – apesar de excomungado – atravessou a Toscana, os camponeses que acorreram ao seu encontro, esforçavam-se por tocar o seu vestuário, persuadidos de, assim, garantirem colheitas felizes".(ed. cit., pág. 356) A esse tema Marc Bloch dedicou especialmente um de seus livros: *Os reis taumaturgos*: estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder real, particularmente na França e Inglaterra (1924).

Vigorando o direito consuetudinário, a prática da justiça consolidou-se em diversas instâncias, muitas vezes em conflito. Contudo, alguns princípios eram geralmente aceitos. Em primeiro lugar, o postulado de que os grupos sociais mais destacados eram julgados pelos seus pares. Assim, o Príncipe ou o Duque quase sempre dispunha de um tribunal destinado a julgar as causas afetas aos senhores feudais, seus vassalos.

Os senhores feudais, por sua vez, julgavam, as causas relacionadas aos seus subordinados.

A possibilidade de recurso variava segundo os costumes locais.

Era admitido que os conflitos gerados por certos tipos de ofensas podiam ser resolvidos sem interferência dos juízes, notadamente o duelo. Era comum também que se recorresse ao envenenamento de desafetos ou mesmo a formas violentas, inclusive o assassinato.

Com base nesses mesmos princípios, os bispos dispunham de uma justiça própria. De fato, a Igreja acumulou muito poder. Era dona de terras para prover o sustento de suas diversas instituições (igrejas; mosteiros; colégios e também serviços de assistência social, abrangendo socorros médicos). Os camponeses que trabalhavam nessas terras achavam-se submetidos aos seus tribunais. Estes não se limitavam a atuar no âmbito da Igreja, interferindo diretamente na vida social, a pretexto de zelar pelos bons costumes. A prerrogativa de religião oficial também os autorizava a perseguir aqueles que por essa ou aquela razão descumpriam preceitos religiosos. Roma também tinha o direito de interferir nessa matéria onde quer que fosse. Os tribunais da Inquisição instauraram ambiente de terror em diversas áreas e em diferentes períodos. Com a estabilidade e o florescimento da sociedade, surgiram os denominados burgos, alguns dos quais acabaram por concentrar as atividades comerciais e bancárias, tornando-se um outro pólo de poder, dispondo de autonomia relativamente grande.

c) Os burgos (ou comunas)

A melhor caracterização de que se dispõe, desse aspecto da organização social medieval, é devida a Gaetano Mosca (1858/1941), na obra *História das Doutrinas Políticas* (1898). As teses centrais são resumidas adiante, com base na tradução francesa. (*Histoire des doctrines politiques*. Paris, Payot, 1966.)

O surgimento das comunas é um fenômeno histórico muito importante que se iniciou no Norte da Itália antes mesmo do século XII e depois espalhou-se pelo Centro daquele país – escreve. E continua:

O mesmo fato ocorreu mais tarde na Alemanha, em Flandres, e de forma menos acentuada na França, na Inglaterra e na Península Ibérica.

Na origem das comunas encontram-se as ligas de homens livres dos laços feudais e que haviam jurado defender-se mutuamente e obedecer os

chefes eleitos que, conforme o país, tomavam o nome de cônsules, vereadores, etc. Frequentemente, a comuna nascia da federação de diversas corporações de artes e ofícios e, às vezes, conseguiam, ao tornarem-se poderosas, obter a adesão da pequena nobreza dos arredores.

Na França, na Inglaterra e na Península Ibérica, as comunas não alcançaram jamais importância, a ponto de dificultar as iniciativas tomadas pelos monarcas com o fito de desenvolver o poder central, em detrimento do poder local. Ao contrário, apoiavam frequentemente os esforços dos reis para dobrar a nobreza guerreira. Mas em Flandres, na Alemanha, e sobretudo na Itália, as comunas obtiveram uma autonomia tão grande em relação ao Imperador que sua dependência reduziu-se ao pagamento de um pequeno tributo e à prestação de algumas homenagens puramente formais. O regime político das comunas apresentava algumas semelhanças com o das antigas cidades-estado da Grécia e da Itália. Da mesma forma que na Grécia antiga o órgão soberano do governo era a assembléia, nas comunas, o poder supremo pertencia teoricamente ao conselho. Do ponto de vista legal, todos os chefes de família tinham direito a participar do conselho. Mas, na prática, a influência dos cidadãos mais importantes e sobretudo a dos chefes das corporações de artesãos prevalecia.

Outra analogia entre a comuna medieval e a cidade grega foi a dificuldade encontrada por ambas em se expandir a ponto de poder constituir um Estado de alguma importância. Pois quando uma comuna de maior porte subjugava outras menores, seus habitantes não passavam a ser cidadãos, mas sim súditos da comuna principal, assim como os habitantes dos territórios das comunas, ou seja, do campo ao redor delas.

No centro e no norte da Itália, exceto em Veneza e na Toscana, durante o fim do século XIII e ao longo do século XIV, quase todas as comunas se transformaram em senhorias, apresentando esta instituição analogias com a tirania que nem sempre foi maléfica às cidades gregas. Geralmente, o senhor era um chefe de partido e pertencia a uma família influente da própria comuna. Este assumia uma espécie de ditadura a qual tentava legitimar, seja através de sufrágio mais ou menos coagido, seja obtendo um documento que o tornasse vigário do imperador. Mas a verdadeira sustentação do poder consistia no apoio que lhe podia dar seu partido e na ajuda dos exércitos de mercenários. As senhorias tiveram maior êxito que as comunas, no que se refere a aumentar os seus domínios. Algumas delas, como por exemplo a de Visconti de Milão, atingiram as dimensões de um Estado moderno de porte médio. Mas não se verificou jamais uma verdadeira fusão da cidade dominante com as subordinadas, pois estas não renunciaram jamais às suas pretensões de independência. Deve-se acrescentar que nenhuma das famílias que alcançaram a senhoria permaneceu no poder o tempo suficiente para fazer esquecer que o havia alcançado através de meios violentos. Os senhores deviam temer sempre a

rivalidade de outras famílias poderosas, assim como a traição de seus próprios partidários ou dos mercenários a seu serviço.

Durante o século XIV, nos locais onde as comunas italianas não se transformaram em senhorias, adotaram quase sempre uma forma nitidamente oligárquica, isto é, o domínio de famílias. Foi o que sucedeu em Veneza com o fechamento do conselho e, em Florença – conclui.

Os burgos (ou comunas) acabaram concentrado muita riqueza, do mesmo modo que a Igreja. Aos poucos firmou-se a praxe dos monarcas convocarem estas classes para obter recursos financeiros de que careciam, em geral exigidos por conflitos bélicos ou para saldar dívidas contraídas com os banqueiros. Na medida em que se insere nos costumes, tais reuniões denominam-se Cortes, onde a representação se dava por grupos sociais, chamados de "estados" (a nobreza, o clero e os burgos, denominados de "terceiro estado"). Embora haja sido efetivada sua aproximação com o Parlamento moderno, a hipótese é improcedente.

d) Governo descentralizado

Em matéria de governo, a sociedade feudal caracteriza-se pela descentralização do poder.

Quando amadurece plenamente a fase feudal propriamente dita -- digamos, nos séculos XII/XIII-- no território compreendido pela Alemanha, excluída a Prússia, havia cerca de duzentos principados. Equivaliam praticamente às dimensões das antigas cidades-Estado gregas.

A Itália achava-se subdividida em diversos pequenos Estados.

O famoso “Reino dos Francos” ocupava uma parcela reduzida da antiga Gália ou seja, do equivalente, de modo aproximado, ao futuro território desse país, e, além disto, encontrava-se numa disputa acirrada com os príncipes normandos, formalmente seus subordinados, que detinham o poder na Inglaterra. Esta disputa é que daria origem à Guerra dos Cem Anos

Na Inglaterra, por sua vez, , os barões notabilizam-se por haver estabelecido, na Magna Carta (1215), regras de sua convivência com o governo central, constituído basicamente para coordenar a defesa externa.

Em síntese, ao longo de todo o território daquilo a que equivaleria à Europa Ocidental, com exclusão da Península Ibérica, os barões feudais, na base da pirâmide, mantinham contrato escrito de vassalagem, com um deles, para efeito de enfrentamento de eventuais inimigos externos. O monarca ou duque, de que se tratasse, encontrava-se em grande dependência dos barões que aceitavam a sua liderança, para tarefas específicas. Para travar a guerra, por exemplo, dependiam de homens e meios financeiros que somente os barões poderiam proporcionar-lhe.

O Sacro Império Romano Germânico não tinha maior ingerência na condução dos negócios afetos aos barões feudais, bem como no governo dos duques ou monarcas aos quais estivessem vinculados os primeiros. O poder do Papa dizia respeito apenas à investidura.

Diante desse quadro, para estruturar-se, o Estado Moderno teve que empreender notável obra centralizadora.

4. UMA CULTURA RELIGIOSA

a) Responsável pela cultura, a Igreja concebeu-a à sua imagem

Durante séculos, os mosteiros e as catedrais tornaram-se os únicos lugares onde havia ambiente para o cultivo das artes, o aprendizado da leitura, a preservação da herança passada e o registo dos acontecimentos contemporâneos. Os costumes bárbaros não eram propícios a esse tipo de atividade. Na medida em que o cristianismo toma-se universal, ocorre, simultaneamente, a irradiação da cultura. A partir do século XII, essa missão passa a ser exercida também pelas universidades.

Como não podia deixar de ser, a Igreja estava preocupada sobretudo com a formação de seus prelados. Somente no século XI aparecem escolas organizadas junto às catedrais freqüentadas não apenas pelos clérigos como ainda pelos filhos das principais famílias. Algumas dessas escolas alcançam grande nomeada. O IV Concílio de Latrão (1215) recomendou a criação de uma cadeira de gramática em todas as categorias do mundo cristão e ordenou a todos os bispos que mantivessem também cadeiras de filosofia e direito canônico. No mesmo século XIII, organizou-se o ensino elementar nas paróquias, dedicado, principalmente, à educação religiosa.

Em 825, na Itália, criou-se a primeira universidade européia, a Universidade de Pávia, embora não passasse de fato de uma escola dedicada ao estudo do direito. Paulatinamente, contudo, formam-se tais institutos em muitas cidades. As universidades então eram constituídas de faculdades de teologia, direito, medicina e artes, cabendo a esta preparar os alunos que se dirigiam às demais. Ao mesmo tempo, tornou-se uma corporação gozando de diversos privilégios. No século XIII, são centros culturais consolidados as Universidades de Paris, Orleans, Toulouse, Montpellier, Oxford, Cambridge, Pádua, Bolonha e Nápoles. Nos séculos XIV e XV disseminaram-se pelo resto da Europa. As universidades estavam entregues às ordens religiosas.

A cultura elaborada e difundida era, eminentemente, religiosa e achava-se rigorosamente hierarquizada, tendo por ápice a teologia. Essa cultura foi denominada de *escolástica*.

Nos primeiros séculos da Idade Média, o professor de artes liberais era chamado de *scholasticus* e, em seguida, o docente de filosofia ou teologia. Escolástica significa, literalmente, a filosofia da escola, exclusivamente religiosa.

As formas de ensino eram apenas duas: a *lectio*, que correspondia ao comentário de um texto, e a *disputatio*, que consistia na discussão de determinada questão. Com o tempo, ordenaram-se os argumentos pró e contra as principais questões, de sorte que a transmissão do conhecimento, consistia basicamente de comentários.

Estes eram rigorosamente prefixados. A famosa *Ratio Studiorum* dos jesuítas estabelece explicitamente que todas as teses devem ser levadas ao responsável antes de serem submetidas aos alunos, proibindo-se fosse tomado "livro nem escrito algum extraordinário para explicar nem introduza nenhum novo costume de ensinar ou disputar". Ainda mais: "Mesmo naquelas coisas em que não há nenhum risco para a fé e para a piedade, ninguém introduza novas questões, nem opinião alguma que não esteja em algum autor idôneo."

Todo o saber está estruturado de forma a levar à compreensão da verdade revelada. A esse propósito, afirma o conhecido filósofo italiano Nicola Abbagnano: "A Escolástica é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de determinada filosofia, a neoplatônica ou a aristotélica) com vistas a ascender à verdade religiosa, a demonstrá-la ou esclarecê-la nos limites em que isso é possível e de organizar para ela um instrumental defensivo contra a incredulidade e as heresias (...). Na sua própria função, ela não se fia só nas forças da razão, mas socorre-se da tradição religiosa ou filosófica, invocação chamada de *auctoritates*. *Auctoritas* é a decisão de um concílio, um dito bíblico, a *sententia* de um padre da Igreja ou, ainda, de um grande filósofo pagão, árabe ou judeu. O recurso à autoridade é a manifestação típica do caráter coletivo e supra-individual da pesquisa escolástica, na qual cada pensador quer sentir-se continuamente apoiado pela responsabilidade coletiva da tradição. (1)

Tudo tinha finalmente que se harmonizar à teologia, agregando-se sucessivamente a tal pirâmide não só as humanidades, mas, igualmente, a física qualitativa de Aristóteles, a teoria geocêntrica e a própria geografia de Ptolomeu.

Assim, se a Igreja desempenhou um grande papel civilizatório e de preservação da cultura, ao ampliar desmedidamente a abrangência dos dogmas, negando qualquer validade à experiência, acabou fixando-se na

linha de confronto ao tipo de saber que se iria formar a partir dos descobrimentos.

NOTA

(1) *Dicionário de Filosofia*, trad. Brasileira, São Paulo, Mestre Jou, 1970.

b) Igreja e a Tentação do Temporal

O processo de estruturação da Igreja como uma instituição hierarquizada é naturalmente posterior ao término da perseguição a que os cristãos se viram submetidos sob o Império Romano, isto é, depois que o Imperador Constantino, que reinou de 312 a 337, adere ao seu culto. Para que se verifique a aludida institucionalização, era necessário não só erigir os templos - a maneira espetacular de fazê-lo será obra de Justiniano, imperador de 527 a 565, consoante se referirá adiante-mas, sobretudo, promover a formação de pastores, sistematizar os ritos e dar forma acabada à doutrina. Considera-se que dessa tarefa se tenham desincumbido basicamente S. Jerônimo (c. 340-420), que disciplinou o estudo dos textos bíblicos e traduziu a *Vulgata*; S. Agostinho (354-430), que fixou o estilo da meditação filosófica, calcado no modelo grego mas voltado para os temas da fé; S. Ambrósio (c. 340-397), pregador e pastor de almas; e, S. Gregório (c. 540-650), que deu forma à liturgia e ordenou as normas relativas à disciplina dos clérigos.

Atribui-se a Justiniano a iniciativa de materializar o esplendor da Igreja pela construção de grandes, monumentais templos. A Basílica de Santa Sofia, em Bizâncio, cuja construção demandou cerca de seis anos e exigiu o concurso de 10 mil trabalhadores e dispêndios equivalentes a 160 mil quilos de ouro, constitui marco destacado dessa dimensão da religiosidade. Justiniano construiu mais de 20 igrejas no Oriente, e durante a reconquista da Itália, concluiu a Basílica de São Vital, em Ravena, para onde havia sido transferida a sede do Império do Ocidente. A construção de templos serviu também para desenvolver a atuação cultural da Igreja, vinculando-a ao desenvolvimento da arquitetura e das artes.

O cristianismo floresceu desinteressando-se completamente das coisas temporais, notadamente do poder político. Quando os imperadores romanos aderiram à nova religião, criou-se desde logo uma certa tensão em vista de que, segundo a tradição, existia religião de Estado e o imperador era ao mesmo tempo o pontífice, isto é, o chefe da Igreja. De sorte que não foi possível escapar ao controle do Estado, o que teve lugar sob Constantino e seus sucessores imediatos.

A Igreja procurou entretanto preservar a sua independência em relação ao império. É sintomático dessa postura o fato de que Santo Ambrósio, sendo bispo de Milão, excomungou ao Imperador Teodósio pelo massacre de Tessalônica, no qual morreram sete mil pessoas. Teodósio era um católico devoto e aceitou cumprir penitência a fim de ser perdoado.

Com o enfraquecimento do Império do Ocidente, posterior esfacelamento e virtual transferência para o Oriente, notadamente depois que Justiniano incorporou a Itália ao Império Bizantino, os bispos passaram a desfrutar de maior autonomia. Por esse tempo suas preocupações eram, sobretudo, de ordem religiosa, devido aos grandes esforços que deles se exigia em prol da organização da Igreja.

A disputa por uma posição privilegiada no conjunto dos bispos iria sucessivamente introduzir uma nova dinâmica. O reconhecimento da liderança do bispo de Roma foi estabelecido num prazo muito dilatado. Basta dizer que só Gregório VII, em 1073, se sentiu com suficiente autoridade para estabelecer que o título de papa estava reservado ao Bispo de Roma, tendo proibido a sua utilização por qualquer outro dignatário da Igreja.

Nos primeiros tempos da história cristã, todos os padres denominavam-se *papa*. Na Igreja grega, paulatinamente, o nome acabou sendo reservado aos titulares das seis metrópoles. No Ocidente, entretanto, era usado indiscriminadamente por todos os bispos, até ser reivindicado pelo de Roma.

Os papas adotaram o título de Sumo Pontífice a partir do início do Renascimento, no trono de Pio II (1458-1464). Até o predecessor de Justiniano, o Imperador Justino, morto em 527, a designação era usada pelos imperadores.

Com a consolidação da ascendência do Bispo de Roma, emergem os interesses de caráter temporal, que acabam ocasionando a própria crise da instituição, no chamado período de decadência da Idade Média.

É sintomático do novo estado de coisas a barganha estabelecida entre Estevão II, Bispo de Roma, e Pepino o Breve. Em troca da sagração (751) como rei do chamado Império Merovíngio (aproximadamente equivalente à antiga Gália Romana), ao reconquistar a parte da Itália em que então se sediava o bispado (Ravena), Pepino o Breve entregou diretamente a Estevão II o correspondente território, quando de fato deveria tê-lo devolvido à Igreja do Oriente. Essa doação é que deu origem aos *Estados da Igreja*, que fizeram do papa, além de líder espiritual de uma comunidade universal, um príncipe italiano com interesses temporais muito determinados.

Justamente a tentação do temporal iria originar a crise chamada de “decadência do Papado”, instaurada no período compreendido dos anos de

1470 a 1530. Como entretanto esse fato entronca com o Renascimento, cumpre ter presente que este último seria uma decorrência da recuperação das obras clássicas --que possibilitou o conhecimento de outras vertentes do pensamento grego, além da aristotélica, em que se baseava a Escolástica--, cumpre indicar a forma como se deu essa redescoberta.

c) A Recuperação das Obras Clássicas

Com a desordem que se estabeleceu no território europeu, durante séculos, em seguida ao fim do Império Romano, sua substituição pela dominação germânica e o período negro das incursões sarracenas, húngaras e escandinavas, a cultura foi mortalmente atingida. No mundo bizantino preservou-se o direito romano, enquanto a herança clássica grega era esquecida no Ocidente, salvo na Sicília, e conservada em Alexandria, Cairo, Túnis e outros centros agora sob dominação árabe. O processo de recuperação é lento e disperso.

No século XI, na Espanha, foram traduzidos ao latim os livros relacionados à medicina clássica, abrangendo os *Aforismos*, de Hipócrates, e os *Comentários*, de Galeno. No século XII, em Sevilha, elaboram-se as versões latinas de eruditos judeus e árabes. O grupo dedicado a essa tarefa é que familiarizou o Ocidente com os números indo-arábicos. Nesse mesmo século, por volta de 1165, Geraldo de Cremona chega a Toledo, traduzindo ao latim, sozinho, 71 textos gregos de Aristóteles, Euclides, Arquimedes, Galeno e outros.

O denominado Reino Normando das duas Sicílias tornou-se também uma importante fonte de preservação das obras clássicas. Para ali vieram eruditos escoceses, que, de igual modo, iriam verter para o latim obras de autores gregos. As traduções de Miguel Scot, no início do século XIII, são os textos que chegaram ao conhecimento de Alberto Magno (1206-1280) e Roger Bacon (1214-1294), pensadores que reabriram entre os cristãos o debate do pensamento grego.

Da Sicília essa atividade passa diretamente às cidades italianas. Em Palermo, ainda no século XII, traduz-se a *Ótica* e o *Almagesto* de Ptolomeu, em Catúnia, *A Vida dos Filósofos* de Diógenes Laércio e os primeiros diálogos de Platão. Antes do fim do século XIII, quase todas as obras de Aristóteles achavam-se ao alcance dos estudiosos ocidentais.

"Foi mero acidente" – escreve Will durante – "a introdução de muitas palavras árabes nas línguas européias, devido à impossibilidade de os tradutores poderem encontrar termos equivalentes para o latim. Mais importante, ainda, foi o fato de que a álgebra, o zero e o sistema decimal entraram no Ocidente cristão por meio de tais versões; que a teoria e a prática da medicina progrediram muito com a tradução que se fez dos

mestres gregos, romanos, árabes e judeus; e que os trabalhos gregos e árabes sobre astronomia deram expansão à teologia e uma nova concepção de divindade, preparando a grande mudança que haveria de seguir-se à teoria de Copérnico. (1)

Conforme foi referido, o saber da Antigüidade viu-se envolto na denominada escolástica, isto é, num tipo de interpretação que tinha por objetivo fazê-lo coincidir com os ensinamentos do cristianismo, considerados verdade absoluta. Somente a partir do Renascimento começa a ser empreendido esforço no sentido de recuperar tal pensamento em sintonia com o contexto em que se produziu.

NOTA

(1) Obra citada, p. 815.

FILMES

A compreensão da feição assumida pela sociedade feudal pode ser enormemente enriquecida pela exibição dos filmes que se segue, eventualmente seguida de debates entre os participantes do curso.

EM NOME DE DEUS

Produção inglesa-iugoslava, direção de Clive Donner. Consiste na história de Abelardo e Heloísa, na versão dada a essa história pela novela de Marion Meade. O papel de Abelardo é desempenhado por Deres de Lint. Filmado na Iugoslávia. Tempo de exibição: 115 minutos.

Pedro Abelardo (1079-1421 estudou e ensinou em Paris ao tempo em que a cidade ainda não contava com a sua universidade, cujo núcleo inicial (faculdades de teologia, direito e medicina, com a escola de artes, como preparatório, sendo a faculdade de filosofia posterior) é do século seguinte (1215). A esse tempo, também,, o chamado método escolástico ainda não se achava plenamente configurado, atribuindo-se justamente a Abelardo o lançamento de suas bases, ao introduzir o que depois se chamou de *disputationes*. O próprio Abelardo denomina essa forma expositiva de dialética (originariamente se entendia como a arte do diálogo e da discussão, como se vê no papel desempenhado geralmente por Sócrates nos diálogos de Platão, tendo Aristóteles lhe dado uma definição mais rigorosa:

raciocínio que parte de opiniões prováveis – sendo este sentido em que o toma Abelardo – para distingui-la da *analítica*, que consiste na demonstração partindo de premissas verdadeiras).

Sua obra teórica discute uma questão que apaixonou os espíritos naquele tempo: a de saber a natureza do que chama de entes de razão e suas relações com os seres reais. Na história da filosofia o tema aparece como a *questão dos universais*, do *realismo* e do *nominalismo*.

Abelardo legou-nos um texto que talvez explique a sua nomeada, a que chamou de *A História das Minhas Calamidades* (carta autobiográfica), que figura na Coleção *Os Pensadores*, numa primorosa tradução de Ruy Afonso da Costa Nunes. Constitui talvez uma das mais importantes reflexões sobre a *inveja*. Na *Carta* Abelardo parte da premissa geral de que os homens, em suas dificuldades, não devem sentir-se como o maior dos sofrendores do mundo, bastando para isto confrontá-las às desgraças que se abateram sobre o autor. Acha que decorreram dos seus extraordinários dons como professor, levando-o a alcançar um sucesso que incomodava a seus desafetos. A inveja aparece como aquele sentimento meramente destrutivo cujo desenlace em nada beneficia o invejoso. As desgraças de Abelardo não se transformam em sucesso para os professores que não resistem ao confronto.

Mas a principal calamidade que veio a sofrer não decorreu de seu magistério mas do amor que nele despertou Heloísa. Embora não pertencesse ao clero, entendia-se que o professor deveria manter a castidade. Ao violar essa regra, e, ao mesmo tempo, sem disposição para renunciar à condição de professor, casa-se em segredo e mantém essa situação dúbia até ser descoberto. Por vingança – e não por inveja –, o tio da moça, o cônego Fulberto, manda castrá-la.

Abelardo descreve deste modo os seus sentimentos diante do fato:

"Depois que amanheceu, estando a cidade inteira reunida em torno de mim, seria difícil, ou melhor, impossível exprimir o espanto, a estupefação que deles se apoderou, as lamentações a que se entregaram, os gritos com que me afligiram e o pranto com que me perturbaram. Na verdade, foram principalmente os clérigos e, de modo especial, os meus alunos que me torturaram com os seus intoleráveis lamentos e queixumes, de tal modo que eu me via muito mais incomodado pela sua compaixão do que pelo sofrimento da ferida; sentia mais a vergonha do que a mutilação, e era mais atormentado pela infâmia do que pela dor. Ocorria-me o pensamento da grande glória que eu, havia pouco, desfrutava e de que modo ela fora abatida por um incidente vulgar e vergonhoso, ou melhor, como ela fora completamente destruída e, por justo juízo de Deus, eu fora castigado naquela parte do meu corpo em que eu pecara, e como por uma justa traição aquele que eu antes atraíçoara me deu o troco por sua vez;

como os meus rivais exaltaram uma equidade tão manifesta, e como essa chaga provocaria a desolação de um sofrimento perpétuo em meus parentes e amigos, e com que extensão essa infâmia singular difundir-se-ia pelo mundo inteiro. Que outro caminho restava para mim? Como eu enfrentaria o público ao ser apontado a dedo por todos, ao ser denegrado por todas as línguas ao ser dado a todos em espetáculo monstruoso? E o que também não pouco concorria para a minha confusão era que, de acordo com a letra da Lei, que mata, fosse tão grande junto a Deus a abominação dos eunucos, de tal modo que os homens reduzidos a esse estado pela amputação ou pelo esmagamento dos órgãos genitais eram proibidos de ingressar numa igreja por serem imundos e fétidos, e que os próprios animais nessa condição eram absolutamente rejeitados num sacrifício (Levítico, 22:24): ‘Não ofereis ao Senhor um animal cujos testículos tenham sido machucados, esmagados, arrancados ou cortados’. E ainda (Deuteronômio, 22:1): ‘O eunuco, cujos testículos foram esmagados ou cortado ou membro viril, não será admitido na assembléia do Senhor’. Encontrando-me nesse mísero estado de abatimento, confesso que foi mais a confusão provocada pela vergonha do que a devoção suscitada pela conversão que me impeliu para o refúgio de um claustro monástico. Nesse ínterim, Heloísa, primeiro por minha ordem, e depois por sua espontânea vontade, tomou o véu e ingressou num mosteiro."

O filme insere uma interessante reconstituição histórica de Paris ao século XII, em plena fase de construção de Notre Dame (iniciada em 1163 e terminada em 1245); de uma cultura estruturada em torno da religião; destaca a importância de que se revestia, para a própria sobrevivência da cidade, mantê-la como centro de ensino, etc. Estando centrado no incidente da castração e no que há de ter significado para a vítima, talvez o diretor haja carregado em demasia nas cenas de sexo. Contudo, em seu conjunto, o filme é uma valiosa contribuição ao entendimento da cultura medieval.

O NOME DA ROSA

Filme franco-italiano de 1986. Direção de Jean-Jacques Annaud. Transposição para o cinema da obra do mesmo nome, de Umberto Eco, imortalizada pela interpretação de Sean Connery (monge franciscano Guilherme de Baskerville). Tempo de duração: 130 minutos.

O livro de Umberto Eco procura dar uma feição policial a um aspecto fundamental da Idade Média, isto é, a maneira como foi preservado o legado grego. O incidente dá-se em torno de um dos textos de Aristóteles.

Entendendo que um dos livros da *Retórica* poderia pôr em causa as verdades ensinadas pela Igreja e para impedir que as pessoas que eventualmente o consultassem, na Biblioteca do Mosteiro, tivessem a

possibilidade de transmitir o seu conteúdo, o velho monge cego (Jorge) envenena as suas páginas. A sua consulta equivaleria à morte. Para dar ao seu relato o tom de uma investigação policial, Eco procura insinuar outras razões que poderiam levar àquele desfecho.

O fato aqui relatado, desde logo, é naturalmente o grande segredo do livro, penosamente reconstituído por Guilherme de Baskerville. Como nossa intenção é despertar o interesse pela cultura daquele complexo período, não teria sentido ater-nos ao encaminhamento que foi dado ao romance, aliás o que lhe assegurou tão amplo sucesso.

A periodização da Idade Média apresentada precedentemente facilita a compreensão desse dilatado período histórico que durou um milênio. Procura-se chamar a atenção para o ciclo em que ocorre a consolidação do feudalismo, subsequente ao término das invasões de sarracenos, húngaros e normandos, que se dão no século IX e em parte do século X. A coroação de Oto I, em 952, como imperador do Sacro Império, é marco dessa nova fase. O feudalismo é outro ingrediente formador da cultura ocidental, do qual se dispõe, em nosso país, de uma visão simplista.

Os episódios relatados por Umberto Eco situam-se no início do século XIII, quando tem lugar a criação da Ordem dos Franciscanos. Ao exaltar a pobreza, essa ordem deu nascedouro a um movimento contra os ricos – abrangendo também a hierarquia da Igreja de Roma –, o que fez com que fosse acionada a Inquisição. Esta aparece no romance e não deixa de ser um dos elementos definidores da forma como se dava a transmissão da cultura, que então era eminentemente religiosa.

O LEÃO NO INVERNO (1968) E BECKET (1964)

O primeiro é um filme americano que deu a Katherine Hepburn o Oscar de melhor atriz, estrelado igualmente por outros atores famosos. Tempo de exibição: 134 minutos. E, o segundo, contou com Participação de Richard Burton e Peter O'Toole, entre outros artistas de renome. Tempo de exibição: 148 minutos

Ambos dizem respeito a Henrique II (1133-I 1189), coroado rei da Inglaterra em 1154. Situam algumas questões relevantes da história posterior da Europa, notadamente os conflitos entre os poderes temporal e espiritual e a luta entre a França e a Inglaterra.

A Inglaterra foi conquistada pelos normandos (originariamente nórdicos, da Escandinávia) em 1066. As suas incursões na Europa são parte do novo ciclo de invasões bárbaras ocorridas ao longo do século IX e em grande parte do século X. Além dos normandos, foram alimentadas, ao Sul, pelos sarracenos (posteriormente chamados de árabes), e, no Centro, pelos húngaros. Assentados na Europa Ocidental, essas tribos nômades

converteram-se ao cristianismo (com exceção dos árabes, que dominam grande parte da península Ibérica).

Henrique II dá início à Casa Real conhecida como Plantageneta.

Antes de invadir a Inglaterra, os normandos haviam-se apossado de grande parte do território francês. Henrique II irá aumentar essas possessões graças ao casamento com Leonor de Aquitânia, que fora casada com o rei da França.

O Leão no Inverno focaliza o tema da escolha do sucessor de Henrique II. Encenado como uma peça de teatro, considera-se que o autor do livro que deu base ao filme (James Goldman) se haja inspirado no desenrolar da trama que está presente nas tragédias de Shakespeare.

Thomas Becket (1118-1170) era o mais importante dignatário da Igreja na Inglaterra (arcebispo de Cantuária) e tornou-se chanceler (chefe do governo) de Henrique II. As divergências do rei com Becket leva-o a condená-lo à morte. Refletem o conflito entre a Igreja e o Estado. Roma defendia de todos os modos a prerrogativa de reconhecer (e, portanto, legitimar) os monarcas, imiscuindo-se também na política corrente. Na Inglaterra essa disputa somente iria acentuar-se com o tempo. Becket foi santificado.

O fato de o rei da Inglaterra ser simultaneamente senhor feudal na França – e, deste modo, vassalo de outro monarca – levou à Guerra dos 100 Anos (de 1337 a 1453). O desfecho desta em favor da França é que dá início ao processo de formação das nações na Europa.

HENRIQUE V

Há duas versões, inglesas, a primeira de 1944, com Laurence Oliver, e a segunda, de 1989, com Kenneth Branagh. Em ambos os casos, os dois conhecidos atores não só desempenham o papel título como dirigem o filme. Tempo de exibição: 150 minutos.

Henrique V nasceu em 1387 e tornou-se rei da Inglaterra em 1413, aos 26 anos de idade. Na juventude fora um boêmio e considera-se que seu curto reinado, de apenas nove anos, tenha surpreendido aos contemporâneos. As duas versões do filme, tanto a de Laurence Oliver como a de Branagh, seguem o texto da peça de Shakespeare. Morreu em 1422, aos 35 anos. Obteve uma conquista significativa na chamada Guerra dos 100 Anos, entre a França e a Inglaterra, cujo desfecho marca de fato o início do processo de constituição das nações européias, acarretando o fim do feudalismo.

A Guerra dos 100 Anos iniciou-se em 1337, interrompendo-se por 35 anos, a partir de 1380. Em 1415, valendo-se da circunstância de que os franceses estavam divididos pela guerra civil, Henrique V a reinicia,

obtendo uma vitória fulminante na Batalha de Azincourt (24 de outubro de 1415). Tenha-se presente que tanto a França como a Inglaterra não eram então nações estruturadas, da forma como as conhecemos. O estabelecimento de fronteiras estáveis e da centralização que caracteriza o Estado Moderno seriam fenômenos muito posteriores.

A disputa que deu origem à guerra tem raízes remotas. Em decorrência das invasões normandas, nos séculos IX e X, estes conquistam uma parte do território francês e a própria Inglaterra. Disso resulta que o rei inglês acabaria, simultaneamente, como súdito do rei francês. Ao reclamar para si a coroa francesa, Eduardo III (1312-1377) inicia a conflagração que duraria um século. Territorialmente, a presença inglesa na França era expressiva.

A Batalha de Azincourt é considerada como um fato capital na história do Ocidente. Nesse confronto, os arqueiros escoceses destroem a cavalaria francesa. Na versão de Branagh a eficácia da chuva de flechas por eles promovida acha-se apresentada de modo mais expressivo. Como a cavalaria simbolizava o feudalismo, Azincourt marca o declínio de ambos.

Em decorrência da derrota de Azincourt o soberano francês é obrigado a assinar o Tratado de Troies (1420), em que o rei inglês é reconhecido como regente e herdeiro do trono. O conflito teria um encaminhamento inesperado com o aparecimento de Joana d'Arc.

JOANA D'ARC

Filme americano de 1957, direção de Otto Preminger, que toma por base a versão de Bernard Shaw. Tempo de exibição: 110 minutos.

As campanhas de Henrique V na França prosseguiram depois de Azincourt. Nos três anos compreendidos entre 1417 e 1419 ocupou a Normandia e fez uma aliança com o duque de Borgonha. Ao retirar-se do país, deixou a seu irmão, duque de Bedford, como regente. Todavia a parte setentrional, incluindo Paris, achava-se submetida à soberania inglesa. A parcela restante subdividia-se entre aquela pertencente ao duque de Borgonha e a que obedecia ao comando do Delfim, esta última em torno de Bourges, na parte central.

Carlos VI da França morreu em 1422 e Henrique V da Inglaterra um mês antes, de modo que este não teve sequer a possibilidade de reivindicar a posse do trono francês, a que se habilitaria pelo Tratado de Troies (1420). Sua mulher, Catarina, era filha de Carlos VI e transmitiu ao herdeiro do trono inglês (Henrique VI) a chamada "maldição dos Valois", isto é, a loucura que atacou a sucessivos reis franceses daquela descendência, inclusive Carlos VI. Quando Henrique V faleceu, seu filho e herdeiro tinha

apenas nove meses. Adulto, Henrique VI foi dominado pela loucura, a exemplo de seu avô e outros ancestrais franceses. Em contrapartida, o Delfim francês, tornado Carlos VII, escaparia à maldição por ser bastardo. Sua própria mãe, a rainha, declarava não ter filho de seu marido, Carlos VI, o que era compreensível pelo estado de insanidade mental deste último. De todas as formas, tendo falecido os seus dois irmãos mais velhos, ingressou na linha normal de sucessão. Deste modo, sob todos os ângulos, a situação do país era extremamente confusa e complexa, o que faz sobressair o papel de Joana D'Arc.

Joana D'Arc (1412-1431), também chamada de Donzela de Orleans, era uma jovem de família camponesa humilde que ouviu vozes exortando-a a libertar a França, então devastada pela invasão inglesa. Vestiu-se como um soldado, convenceu ao Delfim dessa missão e foi colocada à frente de uma tropa, com a qual rompeu o cerco de Orleans e venceu os ingleses em Patay. Promoveu a sagração de Carlos VII em Reims. Na continuação da guerra, foi presa, e os ingleses a submeteram a um Tribunal Eclesiástico que a condenou como herege e feiticeira, sendo queimada na fogueira a 30 de maio de 1431. Vinte anos depois seria solenemente reabilitada. Foi tornada santa pela Igreja Romana e inspirou obras de grandes escritores, como Schiller, Péguy, Bernard Shaw e Claudel. Érico Veríssimo dedicou-lhe um de seus livros (*A Vida de Joana D'Arc*, Editora Globo, diversas edições).

O filme louva-se da versão de Bernard Shaw, que certamente distorce a figura de Carlos VII, apresentado como retardado mental. O certo é que este, depois da morte de Joana D'Arc, obteve sucessivas vitórias sobre os ingleses, terminando por derrotá-los em 1453. Derrota que encerra a Guerra dos 100 Anos.

EXERCÍCIOS

1. A seu ver, quais as razões pelas quais não se confunde a sociedade feudal com a Idade Média
2. Quais os acontecimentos que dividiram a Idade Média e deram nascedouro à sociedade feudal?
3. Do ponto de vista da estrutura de governo, como se classifica a sociedade feudal?
4. Qual a configuração de que se revestiu a cultura medieval, neste caso, equivalente à feudal?